

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário Popular

Class.: 4

Data: 19.09.84

Pg.: _____

190 **Demarcação da nova
área do Parque do Xingu**

BRASÍLIA — O presidente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca, anunciou ontem que a demarcação da nova área do Parque do Xingu (MT), obtida pelos índios Txucarramae após um movimento de 42 dias, encerrado em maio passado, será iniciada em uma semana. Ontem, o Ministério do Interior liberou Cr\$ 394 milhões para a delimitação da área sagrada do Kapoto e dos 15 quilômetros na margem direita do Xingu, que estava atrasada dois meses, segundo a promessa feita pelo Governo Federal aos índios.

O trabalho será feito pela Quarta Divisão do Departamento de Serviços Geográficos do Exército e será acompanhado pelos índios Txucarramae e pelo administrador do Parque, o índio Mégaron.

SALVADOR — Índios da tribo Pataxós, tendo à frente o cacique Nailton Muniz, vieram a esta capital protestar contra declarações do presidente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca, de que o órgão está encontrando dificuldades para restabelecer o diálogo com os indígenas do sul do Estado, a partir do recente incidente ocorrido no município de Pau Brasil, e que, em razão disso, teme a possibilidade de um conflito armado entre pataxós e fazendeiros em disputa de terras.

Os pataxós ficaram particularmente contrariados com o reconhecimento do presidente da FUNAI de que, "dificilmente os índios conseguirão toda a área que pleiteiam na Justiça" e, assim, "o grupo de trabalho do órgão na área, está tentando encontrar uma solução negociada

para a questão dos índios", que reivindicam uma área de 36 mil hectares, correspondentes à antiga reserva Caramuru-Paraguaçu".

— O presidente da FUNAI não deveria fazer afirmações como essas para a imprensa, sem antes consultar os índios, porque nós estamos sofrendo muito em busca desses 36 mil hectares de terras — lamentou em Salvador o cacique Nailton Muniz, acrescentando que "um bom presidente deve lutar para conseguir quanto for possível e não desistir da luta".

O cacique Nailton Muniz condenou também o termo "negociar" usado nas declarações do presidente da FUNAI: "Se algum dia o índio entender de fazer negociação, a própria Justiça tem que ser contra, pois com terra de índio não tem negócio. Ele é o dono", afirmou.

PORTO VELHO — Agentes da Polícia Federal, policiais militares e oficiais de Justiça iniciaram, ontem, a retirada de cerca de 300 famílias que invadiram as terras dos índios Arara e Gavião, na reserva indígena do Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná, baseados em liminar concedida pelo juiz federal Antonio Ivan Atmie.

A decisão da Justiça, concedendo liminar à ação de manutenção de posse impetrada pela FUNAI em favor dos índios, fixa ainda um prazo de 45 dias para que as famílias deixem as terras. Na sentença, o juiz lembra o clima de tensão causado pelas invasões e afirma que "A lei está ao lado dos índios, porque o território das duas nações está devidamente demarcado".